



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 407, DE 2009** (Do Sr. Lincoln Portela e outros)

Acrescenta novo parágrafo ao art. 14 e revoga o inciso V do § 3º do mesmo artigo da Constituição Federal, dispondo sobre a possibilidade de candidatura a cargo eletivo sem filiação partidária.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PEC-229/2008.

**APRECIÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É acrescentado o seguinte § 4º ao art. 14 da Constituição Federal, renumerando-se o atual e os seguintes:

"Art.14 (...)

.....

§ 4º Cidadãos não filiados a partido político poderão se candidatar a cargos eletivos, observando-se que, no caso de eleições proporcionais, só serão considerados eleitos se contarem com número de votos equivalente no mínimo ao quociente eleitoral da respectiva circunscrição

.....(NR)".

Art. 2º É revogado o inciso V do § 3º do art. 14 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A proposta de emenda à Constituição que estamos apresentando objetiva criar, no Brasil, uma nova sistemática eleitoral na qual se admitam, ao lado das candidaturas patrocinadas pelos partidos políticos, candidaturas avulsas, de cidadãos independentes, não filiados a nenhuma agremiação partidária.

Pretendemos, com a iniciativa, permitir que sejam eleitos, pelo prestígio pessoal que têm junto à população, figuras que se destacam individualmente na sociedade e têm condições de representar, mesmo sem vínculo formal com a atividade partidária, os interesses de muitos brasileiros.

Pensamos que, numa eleição do tipo proporcional, quando

alguém é capaz de alcançar, sozinho, número de votos suficientes para conquistar uma vaga na Câmara dos Deputados, ou seja, quando se tem uma votação individual equivalente ao quociente eleitoral da respectiva circunscrição, é justo que se lhe reconheça legitimidade política para assumir o mandato mesmo sem filiação partidária, sendo evidentemente seu o mérito da própria eleição.

Do mesmo modo, se um candidato avulso vem a concorrer num pleito majoritário e consegue obter o melhor resultado entre os concorrentes, ganhando até mesmo daqueles que têm a seu favor a máquina, o trabalho e os recursos humanos e financeiros de partidos políticos, é porque sem dúvida se trata de alguém realmente identificado com os problemas e as questões que interessam de perto à população, apresentando a condição política básica para o exercício de cargos públicos eletivos: representatividade e apoio do eleitorado.

O que propomos, portanto, é a retirada da exigência de filiação partidária das condições de elegibilidade previstas no art. 14 do texto constitucional. Acreditamos que, com a medida, haverá maior oxigenação e democratização da atividade política, que sairá do ambiente restrito dos quadros partidários para se estender por todo o tecido social, podendo vir a atrair, quem sabe, novas lideranças e novas formas de representação dos interesses da população brasileira.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação da presente proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 2009.

Deputado LINCOLN PORTELA

**CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS**  
**(53ª Legislatura 2007-2011)**

18/09/2009 12:27:01

**Proposição:** PEC 0407/09

**Autor da Proposição:** LINCOLN PORTELA E OUTROS

**Data de Apresentação:** 17/09/2009

**Ementa:** Acrescenta novo parágrafo ao art. 14 e revoga o inciso V do § 3º do mesmo artigo da Constituição Federal, dispondo sobre a possibilidade de candidatura a cargo eletivo sem filiação partidária.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Totais de Assinaturas:** Confirmadas 179

Não Conferem 008

Fora do Exercício 001

Repetidas 010

Ilegíveis 000

Retiradas 000

Total 198

**Assinaturas Confirmadas**

ACÉLIO CASAGRANDE PMDB SC  
ADEMIR CAMILO PDT MG  
AELTON FREITAS PR MG  
ALDO REBELO PCdoB SP  
ALEX CANZIANI PTB PR  
ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG  
ANTONIO BULHÕES PMDB SP  
ANTÔNIO CARLOS BIFFI PT MS  
ANTONIO CRUZ PP MS  
ANTONIO FEIJÃO PSDB AP  
ANTÔNIO ROBERTO PV MG  
ARACELY DE PAULA PR MG  
ARNALDO VIANNA PDT RJ  
ARNON BEZERRA PTB CE  
ASSIS DO COUTO PT PR  
ÁTILA LIRA PSB PI  
BENEDITO DE LIRA PP AL  
BERNARDO ARISTON PMDB RJ  
BILAC PINTO PR MG  
BONIFÁCIO DE ANDRADA PSDB MG  
CARLOS ALBERTO CANUTO PMDB AL  
CARLOS SANTANA PT RJ  
CELSO MALDANER PMDB SC  
CHICO DA PRINCESA PR PR  
CHICO LOPES PCdoB CE  
CIRO PEDROSA PV MG  
CLEBER VERDE PRB MA  
CLÓVIS FECURY DEM MA  
COLBERT MARTINS PMDB BA  
DAMIÃO FELICIANO PDT PB  
DANIEL ALMEIDA PCdoB BA  
DÉCIO LIMA PT SC  
DEVANIR RIBEIRO PT SP  
DOMINGOS DUTRA PT MA  
DR. NECHAR PV SP  
DR. TALMIR PV SP

EDGAR MOURY PMDB PE  
EDIGAR MÃO BRANCA PV BA  
EDMAR MOREIRA PR MG  
EDUARDO CUNHA PMDB RJ  
EDUARDO DA FONTE PP PE  
EDUARDO GOMES PSDB TO  
EDUARDO LOPES PSB RJ  
EDUARDO VALVERDE PT RO  
ELIENE LIMA PP MT  
EUEDES XAVIER PT CE  
EUGÊNIO RABELO PP CE  
EUNÍCIO OLIVEIRA PMDB CE  
FELIPE BORNIER PHS RJ  
FÉLIX MENDONÇA DEM BA  
FERNANDO CHIARELLI PDT SP  
FERNANDO CHUCRE PSDB SP  
FERNANDO DE FABINHO DEM BA  
FERNANDO FERRO PT PE  
FILIPE PEREIRA PSC RJ  
FLÁVIO DINO PCdoB MA  
FRANCISCO PRACIANO PT AM  
FRANCISCO RODRIGUES DEM RR  
FRANCISCO TENORIO PMN AL  
GERALDO PUDIM PMDB RJ  
GERALDO SIMÕES PT BA  
GERALDO THADEU PPS MG  
GILMAR MACHADO PT MG  
GONZAGA PATRIOTA PSB PE  
ILDERLEI CORDEIRO PPS AC  
JAIME MARTINS PR MG  
JAIR BOLSONARO PP RJ  
JEFFERSON CAMPOS PTB SP  
JERÔNIMO REIS DEM SE  
JÔ MORAES PCdoB MG  
JOÃO CARLOS BACELAR PR BA  
JOÃO DADO PDT SP  
JOÃO MAGALHÃES PMDB MG  
JOÃO MAIA PR RN  
JOÃO PAULO CUNHA PT SP  
JOAQUIM BELTRÃO PMDB AL  
JOFRAN FREJAT PR DF  
JORGE KHOURY DEM BA  
JOSÉ CARLOS ARAÚJO PR BA  
JOSÉ EDUARDO CARDOZO PT SP  
JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA PV MG  
JOSÉ OTÁVIO GERMANO PP RS  
JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS PR MG

JOSEPH BANDEIRA PT BA  
JOVAIR ARANTES PTB GO  
JULIÃO AMIN PDT MA  
JÚLIO CESAR DEM PI  
JÚLIO DELGADO PSB MG  
JULIO SEMEGHINI PSDB SP  
JURANDIL JUAREZ PMDB AP  
LAERTE BESSA PMDB DF  
LELO COIMBRA PMDB ES  
LEO ALCÂNTARA PR CE  
LEONARDO QUINTÃO PMDB MG  
LEONARDO VILELA PSDB GO  
LINCOLN PORTELA PR MG  
LINDOMAR GARÇON PV RO  
LUCENIRA PIMENTEL PR AP  
LUCIANA COSTA PR SP  
LUCIANO CASTRO PR RR  
LUIZ BASSUMA PT BA  
LUIZ BITTENCOURT PMDB GO  
LUIZ CARLOS BUSATO PTB RS  
LUIZ SÉRGIO PT RJ  
MAGELA PT DF  
MAJOR FÁBIO DEM PB  
MANATO PDT ES  
MANOEL JUNIOR PSB PB  
MANUELA D'ÁVILA PCdoB RS  
MARCELO CASTRO PMDB PI  
MARCELO ORTIZ PV SP  
MARCIO JUNQUEIRA DEM RR  
MÁRCIO MARINHO PR BA  
MARCONDES GADELHA PSB PB  
MARCOS LIMA PMDB MG  
MARCOS MEDRADO PDT BA  
MÁRIO DE OLIVEIRA PSC MG  
MÁRIO HERINGER PDT MG  
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PR AL  
MENDONÇA PRADO DEM SE  
MIGUEL CORRÊA PT MG  
MILTON MONTI PR SP  
MOACIR MICHELETTO PMDB PR  
MOISES AVELINO PMDB TO  
NATAN DONADON PMDB RO  
NEILTON MULIM PR RJ  
NELSON BORNIER PMDB RJ  
NELSON MARQUEZELLI PTB SP  
NELSON PROENÇA PPS RS  
NILSON MOURÃO PT AC

NILSON PINTO PSDB PA  
OSMAR JÚNIOR PCdoB PI  
OSMAR SERRAGLIO PMDB PR  
OSVALDO BIOLCHI PMDB RS  
OTAVIO LEITE PSDB RJ  
PAES LANDIM PTB PI  
PASTOR MANOEL FERREIRA PTB RJ  
PAULO HENRIQUE LUSTOSA PMDB CE  
PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP  
PAULO PIAU PMDB MG  
PAULO PIMENTA PT RS  
PAULO ROBERTO PEREIRA PTB RS  
PAULO ROCHA PT PA  
PAULO RUBEM SANTIAGO PDT PE  
PEDRO FERNANDES PTB MA  
PEDRO NOVAIS PMDB MA  
PEDRO WILSON PT GO  
RATINHO JUNIOR PSC PR  
RAUL HENRY PMDB PE  
RAUL JUNGSMANN PPS PE  
REBECCA GARCIA PP AM  
RIBAMAR ALVES PSB MA  
ROBERTO BRITTO PP BA  
ROBERTO SANTIAGO PV SP  
RODRIGO DE CASTRO PSDB MG  
RODRIGO ROLLEMBERG PSB DF  
ROGERIO LISBOA DEM RJ  
RUBENS OTONI PT GO  
SANDES JÚNIOR PP GO  
SANDRO MABEL PR GO  
SEBASTIÃO BALA ROCHA PDT AP  
SÉRGIO MORAES PTB RS  
SEVERIANO ALVES PDT BA  
SILAS BRASILEIRO PMDB MG  
SILVIO TORRES PSDB SP  
TADEU FILIPPELLI PMDB DF  
TAKAYAMA PSC PR  
TATICO PTB GO  
ULDURICO PINTO PMN BA  
VALADARES FILHO PSB SE  
VELOSO PMDB BA  
VICENTINHO ALVES PR TO  
VIGNATTI PT SC  
VINICIUS CARVALHO PTdoB RJ  
VIRGÍLIO GUIMARÃES PT MG  
WOLNEY QUEIROZ PDT PE  
ZÉ GERALDO PT PA

ZÉ GERARDO PMDB CE  
ZEQUINHA MARINHO PSC PA

**Assinaturas que Não Conferem**

ABELARDO CAMARINHA PSB SP  
CIRO NOGUEIRA PP PI  
DR. PAULO CÉSAR PR RJ  
MARCOS ANTONIO PRB PE  
MAURÍCIO TRINDADE PR BA  
MENDES RIBEIRO FILHO PMDB RS  
VITAL DO RÊGO FILHO PMDB PB  
WELLINGTON ROBERTO PR PB

**Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício**

ALBERTO FRAGA DEM DF

**Assinaturas Repetidas**

ADEMIR CAMILO PDT MG  
DR. PAULO CÉSAR PR RJ  
JOVAIR ARANTES PTB GO  
LEONARDO QUINTÃO PMDB MG  
LUIZ BASSUMA PT BA  
PASTOR MANOEL FERREIRA PTB RJ  
PASTOR MANOEL FERREIRA PTB RJ  
RIBAMAR ALVES PSB MA  
RUBENS OTONI PT GO  
ZÉ GERARDO PMDB CE

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....

**TÍTULO II  
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

.....

**CAPÍTULO IV  
DOS DIREITOS POLÍTICOS**

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

- I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
- II - facultativos para:
  - a) os analfabetos;
  - b) os maiores de setenta anos;
  - c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária;
- VI - a idade mínima de:
  - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
  - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito

Federal;

- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

*\* § 5º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 16 de 04/06/1997.*

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

- I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;
- II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das

eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

*\* § 9º com redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 07/06/1994.*

§ 10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11. A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------